



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Educação e Literatura: saberes, cultura e leitura

Sinop, v. 10, n. 1 (26. ed.), p. 422-438, jan./jul. 2019

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

THE DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH DOWN SYNDROME IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Rosana Alves da Silva

RESUMO

Este artigo trata da inclusão das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Teve como objetivo investigar as práticas de ensino e a qualificação profissional dos professores do município de Sinop. A abordagem metodológica foi de cunho qualitativo, utilizando-se de técnicas como a observação e entrevistas com professores. Os pressupostos teóricos estão embasados na legislação Diretrizes e Bases da Educação Nacional e autores como Lúcia de Araújo Ramos Martins e Marcos José da Silveira Mazzota. O estudo evidenciou que apesar das práticas inclusivas de ensino serem desenvolvidas na escola, é um tema que ainda requer muitas mudanças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Síndrome de Down. Práticas de Ensino. Inclusão. Abordagem qualitativa.

ABSTRACT²

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, sob a orientação da Profa. Dra. Edneuzza Alves Trugillo, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2018/2.

² Resumo traduzido pela Professora Mestra Betsemens Barbosa de Souza Marcelino. Professora interina do curso de Letras da UNEMAT/Sinop. Mestra em Estudos de Linguagem pela UFMT/Cuiabá, 2015. Graduada em Licenciatura Plena em Letras, Português/Inglês pela UNEMAT/Sinop, 2013.

This article deals with the inclusion of children with Down Syndrome in Early Childhood Education. It aimed at investigating the teaching practices and the professional qualifications of teachers from Sinop city. The methodological approach was qualitative, using techniques such as field observation and interviews with teachers. The theoretical assumptions are based on the National Education Guidelines and Framework Law and Lúcia de Araújo Ramos Martins and Marcos José da Silveira Mazzota. The study evidenced that although inclusive teaching practices are developed at school, it is a subject that still requires many changes.

Keywords: Early Childhood Education. Down Syndrome. Teaching Practices. Inclusion. Qualitative Approach.

Correspondência:

Rosana Alves da Silva. Graduanda em Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: rosanapedagogia2015@gmail.com

Recebido em: 09 de maio de 2019.

Aprovado em: 31 de maio de 2019.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/3500/2478>

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa com a temática o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down (SD) na Educação Infantil, teve como objetivo analisar as práticas de ensino com crianças com Síndrome de Down nos espaços de Educação Infantil. O estudo aborda sobre a presença de um terceiro cromossomo 21 no Ácido Desoxirribonucleico (DNA).

A pesquisa foi desenvolvida em outubro de 2018, uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) do município de Sinop, Mato Grosso, com professores que atuam com as crianças com SD. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo descritivo. Realizamos observações na instituição campo da pesquisa e entrevista semiestruturada.

Para melhor apresentação, o trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira parte fizemos uma análise bibliográfica, relatando o que é a SD, a sua

origem e características, a relevância de se pesquisar esse tema para nossa sociedade, a importância da Inclusão Social e as ações que combatem a exclusão. Na segunda parte discorreremos os resultados da pesquisa, apresentando as análises dos dados obtidos na pesquisa. No referencial bibliográfico estão embasados autores como Mantoan (1997), Tibola (2001), Pueschel (2005), entre outros.

Por fim, consideramos que se faz necessária a inclusão escolar nas escolas, pois implicam na promoção e no desenvolvimento das crianças com deficiências, contribuindo para a construção de cidadãos conscientes e participativos e favorecendo as práticas educativas.

2 ORIGEM DA SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome não pode ser confundida com uma doença. Uma pessoa que possui uma síndrome não se desfaz dela, pois a mesma na maioria dos casos é de ocorrência genética, ou seja, advém do nascimento. Os estudos do médico inglês John Langdon Down, sobre o que ele considerava como uma 'raça primitiva, mongóis idiotas', posteriormente teve seu sobrenome associado às descobertas. Pueschel (2005, p. 77), relata que a síndrome consiste em um grupo de alterações genéticas que causam graus variáveis de dificuldades, que podem nitidamente serem percebidos nas capacidades físicas e intelectuais das crianças e pessoas que a possuem. Estudos na área, identificam que as causas são derivadas de alterações no cromossomo 21, em todas as células da pessoa ou em boa parte delas, sendo denominada por alguns autores de trissomia do 21. A mutação (alteração) no cromossomo 21 faz com quem não tenha um par de cromossomos 21, e não tenha um par, mas um trio de cromossomos. Então as pessoas com SD têm um cromossomo a mais que a maioria da população, em vez de 46, ela tem 47.

Até o momento, não há descrição de registro relacionável, a SD antes do século XIX. A existência de uma síndrome com tais características foi oficialmente apresentada à comunidade científica pela primeira vez por Edouard Onesimus Seguin, em 1846, mas não havia um estudo publicado caracterizando uma pesquisa. O primeiro relato sobre a síndrome foi feito entre 1865 e 1866, pelo médico inglês John Langdon Down, que

trabalhava em uma clínica para crianças com atraso neuropsicomotor, em Surrey, na Inglaterra. (FRAZÃO, 2018, p.1).

A síndrome de Down é uma alteração genética e não deve ser tratada como uma doença, portanto, não existem medicamentos específicos. Segundo Martins, (2002, p. 95) “A síndrome de Down é uma condição de vida do indivíduo, em um estado biológico alterado, em decorrência de anormalidades cromossômicas. Assim quem porta essa alteração, sempre terá essa Síndrome”. As crianças que nascem com a síndrome de Down, terão que aprender a conviver com ela em sua vida e tentar superar as dificuldades que surgirão, pois, a SD pode se apresentar em qualquer pessoa.

2.2 Principais características da criança com SD

De acordo com Schwatzmm (1999, p. 247), a SD é marcada por muitas alterações associadas em que não são observadas em muitos casos. Tendo como as principais: baixa estatura; ventrículo megalia cerebral; bexiga pequena e hipercongênica; hidronefrose e dimorfismo da face e ombros; cardiopatias. Porém, nem todas as crianças com SD nascem com todas essas características, até mesmo porque elas não são iguais, apresentam também algumas características genéticas dos pais.

2.3 Sobre o desenvolvimento da criança com SD

Pueschel (2005, p. 77), discorre que o desenvolvimento de uma criança com SD, não é tão diferente das demais, o que ocorre é que o desenvolvimento é um pouco mais lento, ela demora a ter equilíbrio e sustentação de seu próprio corpo, sua coordenação motora e intelectual. Embora as crianças com SD demonstrem atraso em todas as áreas de função biológica, sabemos que possuem diversos talentos e qualidades definitivas que são um prazer em reconhecer. Mas isso não a impede que tenha a capacidade de aprender, porém, tudo ao seu tempo.

O mais importante para que uma criança com SD se desenvolva é incluí-la em todos os ambientes, ter o máximo de convívio com outras crianças, isso é um fatopositivo para a aprendizagem desta criança. É muito importante que a interação

aconteça ainda quando bebê, com a ajuda dos pais e profissionais, pois assim seu desenvolvimento será de melhor qualidade e sua educação será mais prazerosa. É fundamental que uma criança com SD participe de creches e escolas regulares.

Muitos pais se perguntam se seu filho com SD precisa frequentar creches e escolas, ficam na dúvida, porque até alguns anos atrás essas crianças não eram incluídas na sociedade. Eram consideradas pessoas doentes sem perspectiva de vida. Mas com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8069/90, Art.55, da garante esse direito para todas as crianças independentemente de sua deficiência, diante disso, os profissionais e a intuição escolar precisam estar preparados para recebê-los (BRASIL, 2017).

2.4 Conceituando Inclusão

Tibola (2001, p. 6), conceitua que a Inclusão Social são ações que combatem a exclusão, aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe sociais, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Entende-se por Inclusão o ato de incluir coisas e pessoas em lugares que eram excluídas. Representa a igualdade, todos com os mesmos direitos e oportunidades, sem preconceitos de cor, classe social e gênero. De acordo com Masini (2004, p. 29) a palavra vem do verbo incluir (do latim *inclu dere*) que significa conter em compreender, fazer parte de ou participar. Logo, a inclusão é para todas as pessoas, independentemente de como ela acontece.

A prática da inclusão propõe uma nova forma de interação com as pessoas e exige novas mudanças tanto em conceitos como pela sociedade. Na escola, o processo gradual e dinâmico pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos, segundo Tibola (2001, p. 09):

A integração educativa escolar refere-se ao processo de educar, ensinar no mesmo grupo, a criança com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na sua totalidade do tempo de permanência na escola.

A proposta da Educação Inclusiva tem como finalidade agregar todas as crianças com qualquer necessidade especial no ensino regular. Tendo como base a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º que garante a todos o direito de

igualdade, e no art. 205 trata-se do direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A inclusão escolar atualmente tem enfrentado muitas barreiras e dificuldades para que as famílias que têm crianças com qualquer deficiência busquem seus direitos adquiridos.

A Educação Inclusiva surgiu no ano de 1994 com a Declaração de Salamanca, “é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a Inclusão Social” (MENEZES, 2001, p. 01). A Declaração aborda a ‘Educação para todos’, não é só para as crianças que apresentam algum tipo de deficiência, e sim para qualquer dificuldade que as crianças possam vir a ter, como aquelas com um grau de dificuldade em leitura, escrever, interpretar e, até mesmo para aquelas que vivem em condições de extrema pobreza, e assim assegurar os direitos dessas crianças (BRASIL, 2003). Carvalho (2005, p. 72) afirma que:

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos políticos pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tornando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola.

Para Mantoan (1997, p. 72), “a integração constitui uma via de mão dupla, onde os deficientes e não deficientes devem interagir na construção de um entendimento comum de que a unidade e a pluralidade podem amordçar a existência humana em qualquer dos polos da exclusão”, ou seja, todos devemos agir em conjunto visando acabar com a exclusão tanto em sala de aula como na sociedade, a inclusão visa e trabalha em cima das interações em conjunto das mesmas oportunidades de aprendizagem e ensino, respeitando assim o limite individual de cada criança. A escola, bem como a sociedade, tem que se conscientizar dando apoio, formas e meios para que haja de fato essa inclusão.

No Brasil, o programa de inclusão surgiu no início da década de 90, bem atrasado com relação aos outros países. A inclusão veio para garantir que todas as crianças frequentassem uma sala de aula comum, assim todos precisariam se adaptar com a nova Lei nº8.069/90, onde o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os

pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (2017, p.10). Dessa maneira, a educação regular é direito de todos independentemente da sua deficiência ou dificuldades.

Em janeiro de 2016, marca o início de um novo olhar para as crianças com algum grau de deficiência. Entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também sendo chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei de nº 13.146/2015, que afirma as condições de igualdade com as demais pessoas, foi um ótimo avanço para a sociedade, porém ainda está sendo ajustada. Além disso, outras áreas além da educação avançaram como: saúde e atendimento hospitalar, trabalho, esporte, assistência social e transporte (BRASIL, 2015).

É de responsabilidade da instituição de ensino oferecer profissionais capacitados e qualificados para desenvolver um bom trabalho na aprendizagem, pois bons professores são de suma importância na Educação Especial. Os mesmos precisam compreender e ajudar nas necessidades e dificuldades dessas crianças especiais, e vale ressaltar os desafios e obstáculos que esse profissional irá encontrar ao longo do processo educacional. Sendo assim, a proposta é que esses profissionais superem suas dificuldades e também da própria criança, fazendo-os superar suas limitações dentro e fora do ambiente escolar, e assim integrando essas crianças para a sociedade.

2.5 Inclusão escolar da criança com SD

As crianças com SD devem ser matriculadas nas redes de ensino desde o primeiro ano de vida. A infância é um momento muito importante para todas as crianças, pois é na infância que começam seus desenvolvimentos psicomotor e intelectual. Pois a mesma necessita de um pouco mais de tempo em seu desenvolvimento, sendo que o seu tempo de concentração é menor em comparação com as demais crianças. Sendo assim, é fundamental sua participação desde cedo nas redes regulares, para que o convívio com outras crianças possa estabelecer uma interação na educação. Segundo Souza e Gomes (2015, p. 111):

Em sala de aula, o professor deve proporcionar um ambiente acolhedor de aprendizagens, e manter as crianças sempre ocupadas, mas sem cansá-

las, deve dosar as atividades para que haja interesse de todos e participação principalmente da criança com déficit intelectual.

Cabe a escola criar todas as condições necessárias para o desenvolvimento da criança com SD, procurando assim superar seus limites já que elas apresentam dificuldades na aprendizagem e interação, para que a inclusão de fato aconteça. Pueschel (2005, p. 777) afirma que, “durante os primeiros dias de aula, tanto os pais, como os professores tem a responsabilidade de ajudar a criança a se adaptar e acomodar-se ao ambiente escolar”. A criança com SD necessita de um olhar ativo que esteja disposto a desenvolver atividades inclusivas, buscando alternativas para o desenvolvimento delas, auxiliando na construção da sua participação social, priorizando com que esta criança se sinta acolhida dentro e fora da escola, estimulando a realizar devidas atividades propostas em sala de aula.

3. Argumentos teóricos e metodológicos E Análise de dados

A pesquisa foi desenvolvida em uma EMEI de Sinop, Mato Grosso. Teve como abordagem a metodologia em caráter qualitativo descritivo, pois, segundo Maciel e Raposo (2015, p. 82) “a pesquisa qualitativa representa um processo permanente de produção de conhecimentos, onde os resultados parciais se integram de forma permanente com novas interrogações e abrem novos caminhos a produção de conhecimentos”. De acordo com as autoras Maciel e Raposo (2015, p. 77):

O processo de construção do conhecimento científico tem sido motivo de muitas preocupações e um grande desafio para a educação e para as atividades dos professores, principalmente porque muitas mudanças ocorreram na teoria e prática científica nas últimas duas décadas.

Como técnica de coleta de dados, foram realizadas observações *in loco*, registros em diário de campo e entrevistas semiestruturadas. De acordo com Triviños (1987, p. 153), a observação consiste em:

[...] destacar um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características. Observar um fenômeno social significa [...] que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido

abstratamente separado do contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudada em seus atos, atividade, significados, relações etc.

A observação ocorreu em todo espaço infantil, a partir da chegada da criança a escola, até mesmo no refeitório, espaços livres, assim como atividades no parque. E as entrevistas foram realizadas com professores que atuam em sala de aula com crianças com SD, além da participação dos pais das crianças, que foram transcritas na íntegra com o consentimento de cada participante. Quanto à entrevista semiestruturada, considera-se que: “é importante notar a sua capacidade de capturar, a partir de questionamentos básicos e de acordo com um amplo campo interrogativo, pensamentos e experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Acreditamos que a escola deve evoluir com o tempo e dar o mesmo preparo a todos os professores, aceitar a diversidade, evitar a exclusão e contribuir para o sucesso dos alunos.

Conforme Pueschel (2005, p. 177), “durante os primeiros dias de aula, tanto os pais como os professores têm a responsabilidade de ajudar a criança a se adaptar e acomodar-se ao ambiente escolar”. Vale ressaltar que no decorrer do levantamento de dados para a realização da pesquisa, a principal dificuldade foi em encontrar uma instituição (EMEI) que tivesse recebido crianças com Síndrome de Down. Mesmo constando na Secretaria de Educação do município registros de crianças com SD matriculadas na rede municipal de ensino, a realidade destas instituições é outra.

Conforme (Tabela 1), os alunos com SD se encontram matriculados nas respectivas instituições.

Tabela 1 - Alunos com SD, matriculados nas instituições de Educação Infantil

Nº de alunos	Idade	Sexo	Instituição escolar
Arthur	03 anos	M	EMEI Santo Antônio
Samuel	03 anos	M	EMEI Santo Antônio
Clarice	02 anos	F	EMEI Santo Antônio
Ana	03 anos	F	EMEI São Cristóvão
Maria	04 anos	F	EMEI Tempo de Infância
Calebe	04 anos	M	EMEI Vinicius de Moraes
Miguel	06 anos	M	EMEI Cecilia Meireles
Heliza	06 anos	F	EMEI Tarsila do Amaral

Fonte: Dados da pesquisa (2018). Os nomes são fictícios, para resguardar a identidade da criança

No decorrer da entrevista, foi perguntado se essas crianças participaram de outras entidades escolares e a secretaria nos informou que não sabia ao certo, mas que dessas 08 crianças, 03 havia vindo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Por motivo ainda não apurado e relatado, os pais não estão levando essas crianças para a sala de aula, algumas frequentam outras escolas especiais mesmo estando matriculados em uma instituição regular de ensino.

Na coleta de dados, duas instituições (EMEI) com crianças com Síndrome de Down, porém não frequentam regularmente a escola. Depois de cumprir com todas as exigências pelas instituições (EMEI e UNEMAT), por meio do Termo de Consentimento foi firmado o comprometimento pela pesquisadora, professoras e pais, para a realização da pesquisa em duas instituições da rede municipal de ensino (EMEI) localizadas, uma no Bairro Jardim Violetas e a outra no Bairro Daury Riva.

A pesquisa foi realizada com duas crianças, sendo um menino com SD com 5 anos de idade, que frequenta o Pré III e uma menina com SD com 4 anos de idade que está no pré II. As entrevistadas foram duas professoras que prontamente aceitaram fazer parte da pesquisa. Diante das discussões referentes a temática, buscou-se investigar com as duas professoras que serão denominadas como professoras A e B, com a intenção de não as identificá-las. Questionamos as professoras sobre o conceito de “inclusão”. As respostas foram:

(01) Professora A: Acredito que a inclusão acontece nos espaços onde todos recebem atendimento igual independentemente de suas limitações, suas condições.

(02) Professora B: É o acolhimento de todos no ambiente escolar, sem exceção e respeitando a individualidade de cada um.

Na sequência, perguntamos para as professoras como as crianças com Síndrome de Down são inclusas no espaço infantil. Mencionaram que:

(03) Professora A: A criança é atendida de forma ‘igual’ sendo que é claro que precisa de um olhar mais preciso e contínuo onde precisa de mais ajuda por sua condição.

(04) Professora B: Os seus direitos garantindo o acolhimento na sala regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando sempre parceria de ambas.

Conforme Mantoan (2003, p. 18):

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa ‘o que’ e ‘como’ a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.

Para as professoras entrevistadas, as crianças com SD têm as mesmas oportunidades de aprendizagem e interação, como as demais crianças, no espaço de sala de aula, pois priorizam a conseguir independência para desenvolver suas capacidades e que há um bom relacionamento entre as crianças. Segundo Mantoan (2003, p. 19), “o aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais”. Ao tratar das práticas de ensino desenvolvidas pelos professores, percebe-se a necessidade em rever a matriz curricular dos cursos de formação, pois, de acordo com Mantoan (2003, p. 24)

[...] é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações [...].

Segundo as professoras, quando questionadas sobre as práticas de ensino desenvolvidas com as crianças com síndrome de Down nos espaços de Educação Infantil, relatam que:

(05) Professora A: Tentamos em sala de aula aplicar as mesmas atividades para todos os alunos, Maria tem uma ‘auxiliadora’, ou seja, uma Técnica em Desenvolvimento Infantil (TDI) de sala para ajudá-la porque tem bastante dificuldades ainda, mas está melhorando.

(06) Professora B: Oportunizando a elas as mesmas práticas de ensino e aprendizagem das demais, com adaptações e objetivos específicos para elas.

Quanto à formação/qualificação das professoras que atuam com as crianças com Síndrome de Down, afirmam que:

(07) Professora A: Eu tenho somente a graduação em Pedagogia, mas a professora de AEE possui especialização em Educação Especial.

(08) Professora B: Licenciatura em Pedagogia.

Ao referir sobre como ocorrem as interações entre as crianças com Síndrome de Down e as demais crianças, as professoras destacam que não tem percebido que as crianças as tratam diferente: “Maria é muito querida por todos e brincam bastante com ela, ajudam ela bastante”. Que a tratam sem diferenciações, porém demonstram algumas dificuldades na comunicação.

De acordo com Mantoan (2003, p. 29), “incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”. É neste contexto que Ropoli (2010, p. 57) discorre que a escola comum, isto é, do ensino regular, “se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”.

As professoras relatam que esta é a primeira experiência em trabalhar com crianças Down, embora as crianças estejam em salas diferentes constatamos que estão no mesmo nível de aprendizagem, ambas estão começando a identificar as cores, desenvolvendo a coordenação motora, mas ainda não conseguem firmar o

lápiz na mão sem a ajuda das auxiliares, também não possuem uma linguagem compreensiva, apenas sons e gestos. Mediante tais observações, perguntamos sobre quais os aspectos de dificuldades encontrados pelos professores ao ensinar uma criança com Síndrome de Down.

(09) Professora A: Como Maria tem algumas limitações e ainda precisa de ajuda, usa fraldas esse seria um ponto a ser superado em sala, mas no âmbito 'ensinar', acredito que não seja a maior dificuldade já que Maria vem nos mostrando o resultado dia a dia de sua de melhora no aprendizado.

(10) Professora B: Neste caso em específico, a matrícula no meio do ano letivo e os períodos de ausência, por motivo de viagens pessoais.

A instituição conta com a ajuda de todos e principalmente da família que é participativa no processo de ensino de seus filhos. As duas instituições também contam com a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde atua uma professora especializada em Educação Especial, sala esta que conta com o atendimento individual que trabalha nas dificuldades de cada criança.

O termo inclusão não significa apenas oferecer às crianças uma escola regular, existe critérios, meios, metodologia, planejamento. E neste contexto, mesmo com muitas barreiras e superando muitas dificuldades, tanto por parte das crianças como dos professores, as crianças estão sendo incluídas no ensino. As atividades pedagógicas trabalhadas pelos professores são as mesmas para todas as crianças, sem diferenciação. É claro que a avaliação é diferente onde é levado em conta que o desenvolvimento de uma criança com Síndrome de Down, não será igual ao das crianças ditas 'normais'. Neste momento o que irá contar é a forma de colaborar com esta criança, dando suporte e oportunidades de ensino igual às demais crianças. Percebem-se por meio das atividades seus níveis de dificuldades, mas na proposta da Educação infantil, não é só válida as atividades, mas sim a integração e a socialização com as demais crianças.

Nesta pesquisa de campo constatou-se que realmente existe a inclusão, a mesma acontece de forma natural, onde as crianças com SD têm as mesmas atividades das demais, é lógico cada qual a sua maneira, no seu tempo na sua

individualidade, as duas crianças adoram brincar e interagir nas brincadeiras e atividades coletivas, as duas crianças são bem aceitas pelas outras crianças.

A sala possui materiais didáticos e pedagógicos que ajudam no desenvolvimento integral da criança, aos quais favorecem essas crianças uma aprendizagem mais prazerosa dando-lhes maiores condições na sala regular de ensino. Tanto a criança A como a criança B, estão frequentando a sala do AEE, em horários opostos de aula, o atendimento acontece duas vezes na semana, duas horas por dia. Mazzota, (1993, p. 25) afirma:

A sala de recursos, como o ensino itinerante, é uma modalidade classificada como auxílio especial, como o próprio nome diz, consiste em uma sala da escola, provida com matérias e equipamentos especiais, na qual um professor especializado sediado na escola auxilia os alunos, e recepcionais naqueles aspetos específicos em que precisam de ajuda para se manter na classe comum.

A escola é o lugar adequado para efetivação de um ensino participativo e ativo para o desenvolvimento da criança. Portanto, faz-se necessário, cada vez mais buscar elementos para que as práticas sejam reflexos de ação e reflexão, e ainda é de fundamental importância a participação de toda a comunidade escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contribuir de forma científica a uma melhor compreensão da importância da criança com Síndrome de Down, para repensar uma nova abordagem e acrescentar, até mesmo um novo comportamento, nas atividades e posturas dos profissionais da educação. Embora a ideia de ter uma sociedade mais consciente e com direitos iguais para todos pareça uma utopia, estamos caminhando, devagar, mas aos poucos conquistando os objetivos. Compreendemos que a sociedade ao praticar a inclusão, ainda necessita de fatores como alterações no meio em que a criança frequenta, por determinada ação ou atividade. Estas alterações precisam ser quantificadas, pois apresentam variações relativas, podendo ser positivas ou negativas, grandes ou pequenas.

Através do tema: O desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil, abordou-se questões de pesquisa que proporcionou compreender os conceitos de inserir, incluir e interagir. A pesquisa também

apontou através das análises, os diferentes conceitos constituídos pelos pais, professores e pesquisadora. Constatou-se também que para compreender como é o processo de inclusão das crianças com SD é relevante estar presente nas instituições escolares, observando como são recebidas na escola, se existe infraestrutura adequada para receber as crianças com SD, e se os profissionais são qualificados e preparados para atuar na formação desta criança.

Por meio das entrevistas se obteve dados de que a família não expõe as crianças com SD à sociedade, como forma de proteção, ou seja, para que elas não sofram os preconceitos que existem em nossa sociedade. Assim, a inclusão no âmbito escolar, perpassa pelo desenvolvimento e interações no ensino da educação infantil, junto com as demais crianças. Contudo, a inclusão escolar é de suma importância para a sociedade, porém requer muitas mudanças, a começar pela própria sociedade na qual deverá aprender a conviver com as diferenças e respeitá-las.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 dez. 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf> . Acesso em: 30 abr.2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019

BRASIL. **Declaração de Salamanca**: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. 40 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos is. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FRAZÃO, Arthur. O que é a Síndrome de Down, causas e características.

TuaSaúde. Publicado em 11 de dezembro de 2018. Disponível em:

<https://tuasaude.com/sindrome-de-down>. Acesso em: 18 jan. 2018.

MACIEL, Diva Albuquerque; RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. Metodologia e Construção do Conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão. *In*: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane (org.). **Desenvolvimento humano, Educação e Inclusão escolar**. 2. ed. rev. Brasília, DF, 2015. p. 78-107.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **A inclusão escolar do portador da síndrome de Down**: o que pensam os educadores? Natal, RN: EDUFRN, 2003.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. Uma experiência de inclusão: providências, viabilização e resultados. **Educar**, Curitiba, n. 23, p. 29-43. Editora UFPR, 2004. Disponível em: www.seielo.br/pdf/er/n23/n23a04.pdf. Acesso em: 12 fev. 2018

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. 2. ed., São Paulo: EPU, 1993.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira. **Educabrazil**, São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 03 maio 2019.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome-de-Down**: guia para os pais e educadores. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

PROFESSORA A. Argumentos teóricos e metodológicos e análise de dados. [Entrevista cedida à] Rosana Alves da Silva. **O Desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil**, Sinop, UNEMAT, Curso de Pedagogia, dez. 2018.

PROFESSORA B. Argumentos teóricos e metodológicos e análise de dados. [Entrevista cedida à] Rosana Alves da Silva. **O Desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil**, Sinop, UNEMAT, Curso de Pedagogia, dez. 2018.

ROPOLI, Edilene Aparecida; *et al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação/

Secretaria de Educação Especial, Fortaleza, CE. Universidade Federal do Ceará, 2010.

SCHWARTZMAN, José. Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SOUZA, Marlene Cabral de; GOMES, Claudia. Neurociência e o déficit intelectual: aportes para a ação pedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 104-114, 2015.

TÍBOLA, Ivanilde Maria. **APAE Educadora**: a escola que buscamos. Proposta orientadora das ações educacionais. Brasília, DF. Federação Nacional das APAES. 2001. Disponível em:
http://eduardobarbosa.com/institucional/sitedata/filesdt/textos_tecnicos/17/apae_educadora.pdf. Acesso em: 3 maio 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.